

# EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: UM NOVO PROJETO DE RACIONALIDADE

## INTERCULTURAL EDUCATION: A NEW PROJECT OF RATIONALITY

Adilson Vagner de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto discute as concepções teóricas da Educação Intercultural que sustentam um novo projeto de racionalidade para América Latina. A partir dos trabalhos do filósofo cubano Raúl Fornet-Betancourt, o projeto intercultural ganha corpo no Brasil, para sustentar esta reflexão educacional, mas principalmente filosófica, a fim de estabelecer caminhos norteadores para a composição de espaços sociais democráticos e dialógicos. Os posicionamentos teóricos existentes neste texto basearam-se enormemente nos trabalhos de José Méndez Méndez (2009) e da pesquisadora brasileira Vera Candau (2005, 2006, 2008, 2013), assim como em outros grandes nomes dos estudos da cultura e da educação. Assim, o projeto intercultural propõe uma racionalidade latino-americana que consiga enfrentar a modernidade, partindo de perspectivas pluralistas que reconheçam as particularidades da América Latina, a fim de estabelecer o reconhecimento das experiências culturais locais e as suas influências nas formas de ver e perceber o mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação intercultural, América Latina, racionalidade.

**ABSTRACT:** This paper discusses the theoretical concepts of Intercultural Education that support a new project of rationality for Latin America. Based on the Cuban philosopher Raúl Fornet-Betancourt's ideas, the intercultural project takes shape in Brazil to support this educational, although mainly philosophical reflection in order to establish guiding paths for the composition of democratic and dialogical social spaces. The theoretical positions in this text were based greatly on the works of José Méndez Méndez (2009) and of the Brazilian researcher Vera Candau (2005, 2006, 2008, 2013), as well as on other great names of cultural studies and education. This way, the intercultural project proposes a sort of Latin American rationality that might face modernity, from pluralistic perspectives which recognize the particularities of Latin America, in order to establish the recognition of local cultural experiences and their influences in the way of one's perception and

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pela UFPE. Mestre em Estudos Literários pela UNEMAT. Especialista em Educação Profissional pelo IFMT e Professor do Instituto Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. [adilson.oliveira@tga.ifmt.edu.br](mailto:adilson.oliveira@tga.ifmt.edu.br)

viewing the world.

**KEYWORDS:** intercultural education, Latin America, rationality.

## **Introdução**

O contexto de produção epistemológica brasileiro fornece um retrato consagrado pelas abordagens eurocêntricas que resultam em perspectivas universalizantes de caráter exclusivo. Desta maneira, este texto buscou apresentar um estudo reflexivo de cunho exploratório que pudesse colaborar com uma análise teórica sobre o projeto intercultural na América Latina como proposta de reflexão didática e filosófica.

A Educação Intercultural está baseada na promoção do diálogo e interação no espaço escolar entre as diferentes comunidades étnicas que compõem o território brasileiro, sendo assim, o trabalho está dividido em duas partes que se entrelaçam e dialogam em todo o transcorrer da explanação, de início, buscou-se definir o projeto intercultural proposto pelo filósofo cubano Raúl Fornet-Betancourt para se pensar a América Latina, historicamente plural em seus encontros culturais e de formação fortemente eurocêntrica, que desconsiderou as inúmeras experiências culturais deste território tão rico. Em seguida, foram lançadas reflexões analíticas sobre os desafios da prática da Educação Intercultural no espaço escolar.

As práticas educacionais se atualizam segundo as necessidades de nossa sociedade, ainda que a dinâmica social seja mais intensa que as transformações nas concepções educacionais, a escola apresenta-se sempre como um palco indispensável para construção ética e cultural do país. Por tratar-se de um ambiente político, a escola está alicerçada sobre relações de poder que se perpetuam por forças sociais incoerentes ao mundo atual, onde cada vez mais novos grupos sociais surgem como elementos de resistência às marcas de exclusão do passado, buscando o reconhecimento e a valorização que lhe foram negados ao longo da história cultural.

Desta maneira, a Educação Intercultural surge como uma dessas ferramentas de combate à exclusão e também como forma de enfrentamento da modernidade. Diante de todos os encaminhamentos que a sociedade moderna tem tomado, a interação social e o diálogo cultural tornam-se meios coerentes de promover a compreensão e a tolerância, uma vez que o espaço escolar seja o território perfeito para semear as práticas democráticas de socialização e respeito à diferença. É baseada no princípio de gestão da diferença

que a Educação Intercultural pode tornar-se uma prática social dentro e fora dos muros da escola.

Assim, propõe-se inicialmente uma discussão crítica sobre a construção permanente do conceito de Interculturalidade e conseqüentemente, das práticas de educação intercultural na escola.

### **A educação intercultural: um conceito em construção**

O espaço escolar sempre se configurou como um ambiente de choques ideológicos e culturais que motivaram inúmeras transformações em sua estrutura axiológica, por isso, é válido ressaltar o caráter constante de mudança diante de novas realidades sociais. Neste contexto, cabe ao pesquisador da educação comprometer-se em interpretar os cenários exteriores à escola e promover reflexões que possam colaborar para a compreensão dessas realidades em construção.

A partir desta premissa, a Educação Intercultural apresenta-se como resultado das modificações políticas da cultura escolar brasileira durante as últimas décadas. No Brasil, o houve uma sensível desatenção acadêmica em relação à necessidade de se pensar o contexto nacional, contudo, esse interesse ganhou uma maior proporção com os estudos culturais e os efeitos da globalização diante da interação entre povos e culturas diferentes que se intensificaram muito no último século.

Desde a perspectiva de Candau (2005) torna-se possível considerar a interculturalidade como um elemento que afeta todas as dimensões educacionais, fazendo com que aconteça uma dinâmica de crítica e autocrítica constante, valorizando a interação e a comunicação entre diferentes sujeitos e grupos culturais, desta maneira, a interculturalidade visa orientar os processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença, como importante aspecto que esta corrente teórica sustenta, uma vez que as políticas de apagamento cultural e homogeneização histórica sempre contribuíram para a manutenção do discurso ficcional de igualdade entre os grupos sociais no Brasil.

Evidentemente, como demonstra a autora, a abordagem intercultural propõe também a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social, visto que busca a promoção de relações dialógicas e igualitárias entres pessoas e grupos pertencentes a universos diferentes culturalmente, trabalhando os conflitos unidos a essa realidade, não ignorando as relações de poder que estão presentes nas relações sociais e interpessoais, reconhecendo e assumindo os conflitos, buscando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los.

A discussão entre igualdade e diferença está fortemente associada aos processos de discriminação por sexo, raça, cor, religião, convicção filosófica ou política, diferenças culturais, entre outros. Diante das múltiplas identidades assumidas na atualidade, os atores sociais colocam-se diante de um novo paradoxo e passam a lutar pelo *direito à diferença* (SANTIAGO *et al.*, 2013, p.35, grifo dos autores).

Portanto, a enorme contribuição que a escola pode oferecer, diante deste novo paradigma social, nos motiva a pensar a relevância da episteme cultural apresentada neste trabalho, pois, o direito à diferença configura-se como uma alternativa coerente para compreender e valorizar a dinâmica de interação dos grupos sociais. Entretanto, o que tem sido possível perceber na construção histórica da educação no Brasil é que a busca constante por um tratamento homogêneo de sua população contribuiu apenas para o aumento das desigualdades sociais e práticas discriminatórias que excluía as marcas da diferença, ocultando matrizes e práticas culturais marginalizadas politicamente.

Candau (2005, p. 35) destaca que a educação intercultural é uma ferramenta necessária para sustentar as relações entre os grupos sociais e étnicos, enfrentando a conflitividade inerente a essas relações, ou seja, “a perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais”. Por meio do favorecimento dos processos de negociação cultural proveniente da urgência em construir identidades de fronteira, que permitam a transição entre os grupos sociais; e também identidades híbridas, plurais e dinâmicas nas diferentes dimensões da dinâmica social.

Novamente, ao discutir os desafios e possibilidades da educação intercultural, Santiago *et al.* (2013) propõem que a educação intercultural parte do necessidade de desenvolver na população a sensibilidade sobre as práticas culturais de indivíduos de outros grupos culturais, destacando a complexidade dos sistemas axiológicos, entretanto, os autores chamam também a atenção ao fato de historicamente, a interação cultural tem sido utilizada como política de apagamento das diferenças, ou seja, o constante combate político de homogeneizar as práticas culturais do país, marginalizando os indivíduos que lutavam pela manutenção de suas diferenças.

Numa tentativa teórica de conceituar a interculturalidade, Silva (2003) baseia-se nos escritos de Paciano Feroso Estébanez para traçar definições ao termo em estudo. Assim, a interculturalidade deve ser tomada como um conjunto de processos interacionais entre culturas no mesmo espaço geográfico,

---

partindo da defesa pela integração e reciprocidade a fim de enriquecerem-se mutuamente, conservando suas características identitárias ou mesmo estimulando identidades híbridas e dialógicas.

Educação intercultural é um processo tipicamente humano e intencional coerente com a pluralidade, dirigido à otimização do desenvolvimento de habilidades e competências referentes, em primeiro lugar, à diferença, à peculiaridade e à diversidade dos povos, e, em segundo, à própria identidade cultural dos demais e à das comunidades, de forma que resulte numa 'cultura mestiça' ou de sínteses. (ESTÉBANEZ, 1999 *apud* SILVA, 2003, p.50).

Além disso, as recentes políticas de valorização e reconhecimento das demais matrizes culturais no Brasil têm estabelecido um novo cenário para a educação nacional, em que a produção de conhecimento de práticas africanas e indígenas começam a fazer parte do universo educacional do país. Estas novas realidades sociais exigem que diferentes culturas possam relacionar-se de forma que não haja qualquer tentativa de sobreposição de culturas, uma sociedade em que uma cultura possa aprender com a outra sem perder sua força, assim, "a interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social". (SHOHAT; STAM, 2006, p.32).

E como todos estes mecanismos culturais se realizam no contexto escolar, o espaço escolar tem sido o alvo das novas discussões sobre o encontro de culturas e seus desdobramentos no cotidiano das instituições de ensino. O que se pode perceber é que as escolas vêm mudando significativamente nas últimas décadas, decorrentes das políticas de expansão do ensino básico; estão mais heterogêneas em comparação com as escolas do passado, pois hoje já há um maior número de negros frequentando, coisa que há alguns anos não era a realidade nacional. Isso faz com que a escola seja um ambiente com muitas culturas diferentes, havendo assim, o fortalecimento de diferentes grupos sociais. "Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento da paridade de direitos". (FLEURI, 2003, p.17).

Essa grande heterogeneidade poderia ser boa se as pessoas soubessem relacionar-se, aceitar a diferença do outro, como destacou Fleuri (2003, p.17) "os mais espinhosos problemas do nosso tempo, é o da possibilidade de respeitar as diferenças e de integrá-las sem uma unidade que não as anule". Quando falamos em educação, não nos referimos apenas ao contexto escolar,

a educação que os pais passam aos filhos também tem influência direta, pois o primeiro contato que temos é com a família e o que é ensinado em casa levamos para a escola, então, e por este fato que a escola é tão importante para o reconhecimento e valorização de nossa sociedade intercultural.

Como reforçam Candau e Koff (2006, p.102) “a interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito a diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social”. E é na escola que essa discriminação é bem nítida, pois é ali que passamos boa parte de nossas vidas e que conhecemos pessoas importantes, na escola esses encontros são mais fortes porque é nessa fase que estamos descobrindo quem somos, então tudo que aprendemos poderá de alguma forma influenciar em nossa formação social.

Quando falamos do panorama brasileiro podemos observar que essa discriminação está ligada a nossa história de colonização, desde seus princípios nos mostrou uma hierarquia cultural ligada à cor da pele e ao país de origem, a defesa de um determinismo biológico que sempre deixou bem claras as regras sociais.

Contudo, como apontam Santiago *et al* (2013, p. 09) “a interculturalidade no contexto brasileiro é fortemente influenciada pela transição democrática dos anos de 1980, que marcam o início da visibilidade e do aumento da legitimidade cultural no espaço público”. Em outras palavras, a democratização política recente do país pôde promover também a democratização do ensino, iniciaram-se assim, os projetos de organização de modelos específicos de educação que pudessem atender às diferentes comunidades sociais do Brasil, portanto, pensou-se numa educação indígena diferenciada que pudesse reconhecer seus próprios valores éticos e culturais.

Essa realidade tem mudado muito em comparação há algumas décadas, por isso a educação intercultural torna-se mais importante a cada dia, para podermos incluir essas pessoas que estão isoladas pela sociedade dominante, dar-lhes a oportunidade de vida diferente e mais justa da que lhes tem sido imposta.

Tal complexidade da relação entre culturas evidencia a necessidade de analisar a abordagem da existência de uma ‘fronteira cultural’, uma ‘borda deslizante e intervalar nas relações’, que estimula “o desejo de reconhecimento de ‘outro lugar’ e de outra coisa (BHABHA, 1998, p. 27).

O que está bem evidente é que para podermos ter uma educação in-

tercultural, primeiramente é preciso reconhecer que existe uma diferença entre as culturas; tentar entender que essa diferença não é ruim. E para podermos entender e aceitar a cultura do outro é preciso abrir mais nossos horizontes e parar de vermos a nossa cultura como única e superior às outras, é reconhecer que a cultura do outro também é uma cultura, tem suas diferenças.

### **A recepção à proposta intercultural**

Como se pode analisar no histórico da educação escolar brasileira, o modelo de ensino disponível apenas para grupos sociais específicos pôde passar por grandes modificações a partir da década de 1980 e 1990 com as ações de redemocratização da política nacional, e com ela foi possível alcançar a expansão da oferta da educação básica a toda a população brasileira. Grupos sociais como as comunidades indígenas, quilombolas e a própria população negra do país puderam ser reconhecidos como diferentes e que necessitavam de políticas educacionais de reparação específicas que pudessem propor justiça social e correção do histórico de exclusão e exploração pela sociedade brasileira ao longo dos séculos de oferecimento escolar para poucos.

Contudo, todas essas modificações políticas e culturais somente foram possíveis após intensos mecanismos de conscientização por meio de discussões acadêmicas a fim de se criarem ferramentas de reparação social aplicáveis ao contexto escolar brasileiro. Assim, tem sido um grande desafio admitir a própria história de exclusão em que se baseou a educação brasileira, aceitar essa verdade ainda é uma militância coletiva de movimentos étnicos sociais que lutam por um atendimento particular que possa minimizar as consequências do passado. Em outras palavras, as mudanças reais surgiram apenas após intensas rupturas de paradigmas políticos que reconhecessem a necessidade de se proporem ações específicas a certos grupos sociais, uma vez que haviam sido mantidos distantes das políticas educacionais da elite branca brasileira a qual sempre valorizou um modelo eurocêntrico de ensino, desconsiderando por muito tempo outras raízes culturais nacionais na produção de conhecimento e de saberes.

Este artigo discute questões relacionadas ao projeto de educação intercultural defendido por grandes pesquisadores como Méndez (2009) e Vera Candau (2005), a partir de uma discussão com fortes marcas de uma sondagem crítica que busca fornecer elementos teóricos desta grande transformação epistemológica que a educação brasileira tem passado nas últimas décadas.

Dessa maneira, as interpretações apresentadas visam mostrar reali-

dades silenciadas pelas práticas educacionais e projetos pedagógicos monoculturais que inviabilizam a interação entre as comunidades culturais plurais que compõem o espaço brasileiro, por isso, esta discussão justificou-se pela grande relevância dos resultados discutidos por meio do ideal democrático de promover uma educação justa e inclusiva.

## O projeto intercultural

A partir de uma reflexão teórica sobre o projeto filosófico intercultural de Raúl Fornet-Betancourt, José Mário Méndez Méndez, na obra *Educação Intercultural e Justiça Cultural* (2009), propõe um tratamento conceitual sobre a proposta pedagógica baseada no tema Interculturalidade, uma vez que as discussões acadêmicas sobre a interculturalidade são relativamente novas para a filosofia da educação. A interculturalidade deve ser tratada como um processo, uma transformação, algo que para ser entendido em sua essência exige-se um posicionamento teórico de efetiva atenção à necessidade sentida pelas comunidades sensibilizadas pela transformação paradigmática. Ela é diferenciada de outras formas de aproximação cultural como a multiculturalidade e a inculturação, conceitos consagrados que buscavam também oferecer abordagens alternativas às práticas didáticas monoculturais que foram historicamente predominantes nos processos de socialização na América Latina.

A própria definição de inculturação discutida por Méndez fornece uma ideia sobre os enfoques didáticos baseados nessa concepção, supondo a existência de um núcleo cultural em que se deveriam inserir (*in*-culturar - cultivar dentro) modelos culturais superiores, portanto, um resultado direto da prática de colonialidade social em que se estabelece a crença numa ausência de elementos culturais válidos nas comunidades em contato. Por isso, torna-se cada vez mais relevante propor discussões conceituais de forma crítica e democrática, visto que a simples utilização de um conceito pode descrever exatamente a perspectiva de abordagem dominante em uso. Em contrapartida, a utilização do conceito de multiculturalidade pode descrever uma outra realidade ideológica, em outras palavras, deve ser entendida como “a constatação de uma realidade cultural múltipla, na qual não necessariamente se visibiliza a exigência de inter-relação entre as culturas” tanto, reconhecem-se as multiplicidades de culturas, porém, as comunidades permanecem não somente distantes geograficamente, mas também culturalmente (MÉNDEZ, 2009 p. 67).

Torna-se importante destacar novamente que por detrás de cada um dos conceitos comuns às teorias culturais existem formas camufladas de

---

negação da diversidade, como adverte Méndez em sua descrição conceitual.

José Luis García afirma que o conceito de multiculturalidade é mais descritivo ou sociológico, enquanto pretende refletir uma realidade pluricultural inegável. Por sua vez, o conceito da interculturalidade 'é mais prescritivo ou pedagógico, quer dizer, mais orientado ao que deve existir e não existe'. (MÉNDEZ, 2009, p. 67).

A interculturalidade está baseada em antecedentes históricos predominantes na América Latina, produto direto das necessidades localizadas que descrevem as condições assimétricas das relações culturais no continente. Assim, enquanto o conceito de multiculturalidade apenas reconhece a realidade plural das sociedades latino-americanas, mas acaba compactuando com a perpetuação do distanciamento entre as comunidades culturais que estão de alguma forma em relação, a interculturalidade promove uma transformação conceitual e pragmática da ação pedagógica nas sociedades multiculturais.

Méndez (2009, p. 69-70) propõe uma leitura mais profunda das colaborações do filósofo cubano Raúl Fornet-Betancourt, cujo material intelectual sustentado pela teoria crítica visa desconstruir um tipo de "racionalidade monocultural" que predomina ainda nas epistemologias latino-americanas. Pois, a filosofia eurocêntrica está marcada internamente pela recusa em reconhecer o contexto latino-americano, em seus termos, "um complexo entretecido de tradições culturais muito diversas", em suma, surge a necessidade de proclamar uma racionalidade plural que possa reconhecer a amplitude dos encontros culturais no continente. As práticas de colonialidade mantidas nas relações sociais e pedagógicas demonstram ainda uma persistente hierarquia no quadro cultural do contexto latino-americano.

Para Méndez (2009), Fornet-Betancourt entende a interculturalidade como uma transformação filosófica, de aprendizado recíproco, de forma que a palavra do outro não deixe de fazer parte do seu próprio modo de pensar, formando assim um intercâmbio, onde uma determinada cultura se torne uma troca constate de informações e não um ponto final. Ele também nos fala que para podermos discorrer sobre o assunto devemos aprender a dialogar com as tradições e pensamentos que vêm sendo negados desde a colonização pelo pensamento monocultural dos colonizados. Consequentemente tratando-se de uma nova figura que nasce dessa relação solidária entre as tradições e culturas do pensamento filosófico.

Fornet-Betancourt (*Apud* MÉNDEZ, 2009) ainda nos diz que para

que exista uma transformação intercultural da filosofia, devemos deixar de vê-la com olhos monoculturais e começar a percebê-la de um ângulo em que ela fosse consciente das particularidades do contexto latino-americano e deixando-se de lado a sua pretensão de achar que ela é a única forma de se racionalizar. Essa transformação filosófica só será possível se deixarmos de lado o pensamento de superioridade e hierarquia. Neste contexto, temos bases para essa reconstrução filosófica, pois, podemos pensar que na América Latina temos uma filosofia intercultural, porque estamos em um continente que possui características interculturais, uma continente onde há uma relação tensa entre as culturas existentes e às vezes conflitiva entre expressões de culturas e diversas tradições de pensamentos.

A filosofia denominada latino-americana implica numa prática de pensamento que é elaborada pela relação entre a racionalidade filosófica e a contextualidade histórica que caracteriza todas as formas de contato exercitadas aqui, essa filosofia merece mérito por ser uma filosofia em favor das populações transformadas em minorias étnicas ao longo dos séculos, dos marginalizados e dos excluídos. Mas Méndez (2009) afirma que essa filosofia tem sido de natureza parcialmente intercultural, pois privilegiou ser veículo de vozes mestiças e europeias ao preferir interlocutores e destinatários profissionais, ou seja, a intermediação do discurso filosófico latino-americano tem promovido um silenciamento de vozes minoritárias. A América Latina não é somente uma terra de mestiçagens culturais, mas também um território de sínteses e reduções das culturas nativas, e, essa redução, exige uma interpretação intercultural do continente, na qual as múltiplas culturas também possam construir seu mundo a partir de uma razão intercultural.

Para discutirmos sobre essa filosofia intercultural latino-americana é preciso não só estudar a história da filosofia, mas também a história das ideias da América Latina, para que possamos questioná-las como uma tradição regionalista e não como uma tradição de fonte única, unívoca e universalista como proclama a filosofia eurocêntrica.

A partir desta perspectiva, Vera Candau (2013) fornece contribuições indispensáveis para o projeto intercultural discutido até aqui, por meio da proclamação de justiça cultural para promover o reconhecimento das características particulares do paradigma filosófico latino americano, e assim, a autora oferece alguns elementos que ajudam na compreensão das relações entre educação e culturas.

Segundo Candau (2013, p.15) busca-se, portanto, uma nova leitura dessas relações para que se possa conceber a escola como “um espaço de cru-

zamento de culturas”, ainda que marcado por conflitos e tensões que tentam romper o *status quo* predominante em discussões curriculares.

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (MOREIRA; CANDAU, 2003, p.161).

Os autores compreendem as condições predominantes do espaço escolar brasileiro, e por isso propagam o convite à reflexão sobre a pluralidade cultural nacional. E, novamente, os estudos culturais propõem o reconhecimento de racionalidades interculturais que forneçam outras perspectivas de ler os fenômenos culturais na América Latina a partir de projetos filosóficos e educacionais não eurocêntricos. Dessa maneira, a educação intercultural mostra-se como a principal ferramenta de transformação nesta busca pela justiça social que exigem as inúmeras vozes silenciadas pelo processo escolar monocultural.

Para Candau (2013, p. 23) “a perspectiva intercultural [...] quer promover uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais”, assim, a racionalidade intercultural defende o respeito e a simetria axiológica, dito de outra forma, a produção de conhecimentos e práticas culturais legítimas devem fazer parte das inter-relações sociais e também educacionais, em que a negociação igualitária se fortaleça a partir das transformações proclamadas pelo pensamento plural da interculturalidade.

Em *Educação Intercultural: desafios e possibilidades*, Mylene Santiago *et al* (2013, p.110) defendem que “a abordagem intercultural está circunscrita a reconfigurações de práticas educacionais que promovam o reconhecimento do direito à diferença, eliminando barreiras que se manifestam sob a forma de discriminação e desigualdades nos espaços escolares e sociais”, portanto, o projeto filosófico intercultural torna-se o veículo de justiça fundamental para se estabelecerem relações sociais e culturais horizontais em que o respeito às diferenças pode promover uma reforma educacional estruturante no novo século. Reconhecidos os desvios éticos promulgados na história cultural da América Latina, deve-se propor novos meios de fortalecer o diálogo entre as comunidades culturais em relação, isso quer dizer, uma reforma profunda na maneira de racionalizar os fenômenos sociais e culturais brasileiros, visto que

a coexistência de grupos culturais diferentes no mesmo território geográfico e escolar ainda reflete uma profunda assimetria de tratamento e atenção pela sociedade como um todo.

O/a educador/a tem um papel de mediador na construção de relações interculturais positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em promover situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, exercícios em que promovamos o colocar-se no ponto de vista, no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os verdadeiros, os autênticos, os únicos válidos (CANDAUI, 2013, p.30-1).

Como apontado pela autora, a interação entre as diferentes culturas deve ser o próximo passo para a reforma epistêmica e pragmática da educação brasileira, dado o contexto de pluralidade étnica e cultural das comunidades que compartilham do mesmo espaço nacional. Uma vez que as políticas educacionais no país, ao longo das últimas décadas, reconheceram a necessidade de fornecer métodos e práticas específicas direcionadas às comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, contudo, o distanciamento desses grupos sociais acaba por construir um novo cenário de intolerância e verticalização axiológica do qual a escola possui uma parcela de responsabilidade.

Por isso, estas discussões, aqui propostas, visam chamar à reflexão sobre as possibilidades educacionais de promover mudanças e diálogos entre as comunidades culturais próximas, a fim de construir uma sociedade justa e igualitária, não através do processo de guetificação imposto pelas políticas educacionais e sociais em voga, mas pelo incentivo à interação horizontal que fortaleça o diálogo e a descentralização das práticas sociais.

### **Considerações finais**

As proposições teóricas lançadas por Méndez (2009) inspiradas no fortalecimento do projeto de Educação Intercultural e de justiça cultural como forma de correção histórica das práticas sociais e educacionais na América Latina forneceram um esboço significativo para a propagação da ideia de superação de paradigmas filosóficos e pedagógicos monoculturais consagrados ao longo dos séculos no território latino-americano de maneira geral. Portanto, trata-se de uma reforma no pensamento visando o tratamento horizontal das relações humanas interculturais na América Latina atingindo diretamente a ra-

cionalidade local, já que os modelos filosóficos eurocêntricos não conseguiram dar conta da complexidade dos encontros de culturas nos inúmeros países de passado colonial neste território. Assim, pensar a educação intercultural pode significar a desconstrução das ideias filosóficas existentes e estabelecer uma racionalidade latino-americana.

Desta maneira, o diálogo intercultural e o respeito às diferenças formam a base do projeto intercultural para a educação e para a sociedade como um todo, o complexo quadro excludente em que se converteram as práticas educacionais brasileiras deve ser tomado como um reflexo da racionalidade adotada por aqui, ou seja, a maneira de pensar a educação no Brasil ainda está presa aos modelos monoculturais de ensino defendidos pelas elites políticas do país. É a partir deste cenário que as mediações necessárias para a efetivação de projetos de educação intercultural são justificadas neste trabalho de cunho teórico, mas com objetivos bem pragmáticos.

Diante de todo o percurso em que se fundamentou este texto, é indispensável que se façam algumas proposições em defesa da Educação Intercultural como uma nova ferramenta de efetivação das relações sociais justas, baseadas no respeito e na compreensão mútua. O cenário social em que se configura o mundo moderno exige da escola, como modelo de formação para a vida, posicionamentos inovadores que prevejam os conflitos futuros, na tentativa de promover práticas educacionais coerentes com a realidade do país.

## Referências

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANDAU, Vera M.; MOREIRA, Flávio. (orgs). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

CANDAU, V. M.; KOFF, A. M. N. S. Conversas com... Sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 471-493, maio/ago. 2006.

CANDAU, Vera M. *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_, Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação* v.13 n.37 jan./abr. 2008

FLEURI, Reinaldo Matias (org.), *Educação Intercultural: Mediações Necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MÉNDEZ, José M. M. *Educação intercultural e justiça cultural*. São Leopoldo: Ed. Nova Harmonia, 2009.

MOREIRA, A.F; CANDAU, V. Educação escolar e culturas: construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, maio-ago, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: Set 2014.

SANTIAGO, Mylene C. *et al. Educação Intercultural: desafios e possibilidades*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2013.

SANTIAGO, Mylene; AKKARI, Abdeljalil. A gestão da diversidade cultural no contexto brasileiro. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.38, n.24, p. 9-33, maio/ago. 2010.

SILVA, Gilberto F. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.), *Educação Intercultural: Mediações Necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

**Data de recebimento: 18.02.2015**

**Data de aceite: 03.09.2016**